
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

03 de junho de 2025

Das 14h50 às 17h18

Reunião virtual pela Plataforma Zoom

42ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Sobre a reunião

Ocorreu no dia 03/06/2025, no horário entre 14:50 e 17h18, a 42ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) da Hydro. O encontro foi realizado de forma virtual, por meio da plataforma Zoom. O objetivo da reunião foi discutir os assuntos a seguir:

Partes da Reunião	Pautas
1ª Parte – Temas Ordinários	• Aprovação da Ata da 41ª Reunião (15/04/2025) • Leitura e atualização do status dos encaminhamentos pendentes das últimas reuniões
2ª Parte – Atualização dos Itens do TAC	• Atualização do item 2.1.1 “B”, “D”, “E” e “F” do TAC, que trata da realização dos estudos ambientais; • Atualização do item 2.1.1.C do TAC, que trata da realização do estudo epidemiológico; • Atualização do item 2.1.4, que trata do investimento de R\$ 8 milhões de reais na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável, ou outra solução técnica viável.
3ª Parte – O que ocorrer e pauta da próxima reunião ordinária	• Revisão de assuntos gerais e definição da pauta da próxima reunião.

Estavam presentes na ocasião

Membros do CA:

- Igor de Lima Goettenauer de Oliveira (MPF) – Titular;
- José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A) – Titular;
- Arthur Queiroz (Norsk Hydro Brasil) – Suplente;
- Vera Lúcia Brito Nascimento (1ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;
- Jackeline Souza Sales (2ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Fabiano Azevedo Pereira (4ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;

- Amauri Vanderley Franco Figueiredo (5ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;
- Elidiane Marinho Cardim (6ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Rosa Maria Dias da Silva (7ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Elizomar Barreto de Souza (8ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Maria das Graças Figueira Pereira (9ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Vagner Carvalho Ferreira (10ª Representação da Sociedade Civil) – Titular;
- Ereny dos Anjos Lima Barbosa (10ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;

Convidados:

- Luiz Reis (Prefeitura de Barcarena);

Equipe da Secretaria Executiva

- Raphael Castro da Conceição
- Paulo Vitor Pantoja Dias
- Letícia Cardoso Gonçalves
- Roberta Brandão

Justificaram ausência:

- Márcio Maués (MPPA) – Titular;
- Jacobson Estumano (SEMADE-Barcarena) - Titular
- Rosenilda Santana Evangelista (2ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;
- Cristiane Simões (6ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente;
- Hamilton José Moreira Caminha (9ª Representação da Sociedade Civil) – Suplente.

1ª PARTE - TEMAS ORDINÁRIOS

Raphael Castro inicia declarando a abertura da reunião, e anuncia as instruções para a dinâmica da reunião virtual. Ele apresenta rapidamente os membros da Secretaria Executiva do Comitê de Acompanhamento e dá boas-vindas aos membros e convidados.

Raphael Castro anuncia as pautas da 42ª Reunião do TAC, reforçando que as reuniões do Comitê de Acompanhamento são sempre compostas por três blocos, sendo eles: temas ordinários e administrativos; atualização de itens do TAC; e encaminhamentos finais, que corresponde a qualquer manifestação que venha a ocorrer no final da reunião, assim como a definição da pauta da próxima reunião.

Raphael Castro registra que na segunda parte da pauta, ocorrerá a atualização do item 2.1.1 “B”, “D”, “E” e “F” do TAC, que trata da realização dos estudos ambientais; a atualização do item 2.1.1.C do TAC, que trata da realização do estudo epidemiológico; e a atualização do item 2.1.4, que trata do investimento de R\$ 8 milhões de reais na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável, ou outra solução técnica viável.

Após o registro dos participantes presentes realizado por **Paulo Pantoja, Raphael Castro** esclarece que todas as representações foram mobilizadas, assim como partes signatárias e não signatárias, as quais receberam o convite formal da reunião via e-mail, expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 27 de maio de 2025, onde também constava a data desta reunião.

1.1) Aprovação das Atas da 40ª (11 de fevereiro de 2025) e da 41ª Reunião (15 de abril de 2025)

Raphael Castro inicia os informes da Ata da 40ª Reunião, registrando que a ata foi enviada por e-mail aos participantes no dia 14 de maio de 2025. A Secretaria Executiva recebeu contribuições para o texto da Ata, e estende o prazo para propostas e ajustes até 06 de junho de 2025. Após o prazo, a Secretaria Executiva irá consolidar o texto final com as contribuições recebidas e enviará para publicação.

Raphael Castro atualiza aos membros que a Secretaria Executiva ainda está pendente com a Ata da 41ª reunião do CA, a qual será compartilhada para avaliação até 10 de junho de 2025, e a partir disso contará o prazo para manifestações e contribuições.

1.2) Leitura e status dos encaminhamentos pendentes das últimas reuniões:

- **Item 2.1.4 do TAC: Investimento de até R\$ 8 milhões de reais na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável, ou outra solução técnica viável**

Raphael Castro registra as primeiras atualizações sobre este item, que é pauta da atual reunião, declarando que alguns membros do CA, sobretudo da Sociedade Civil, participaram de uma reunião técnica com especialistas sobre saneamento básico e acesso a água no dia 13 de fevereiro de 2025, na qual esclareceram dúvidas e receberam aconselhamentos técnicos, bem como discutiram a viabilidade das iniciativas na região. Em outra ocasião, durante os eventos de capacitação realizados pela Secretaria Executiva, os representantes da Sociedade Civil levantaram alguns pontos de consenso para a implementação desse item do TAC (que serão detalhados mais adiante). Com estes acordos firmados, a Sociedade Civil solicitou que a Prefeitura de Barcarena informasse quais são as áreas contempladas com o serviço de abastecimento de água municipal, bem como um cronograma de expansão da rede de abastecimento, operada pela concessionária Águas de São Francisco. **Raphael Castro** registra que a Secretaria Executiva tem tratado esse encaminhamento, e que solicitou da Prefeitura de Barcarena, no dia 08 de abril de 2025, a apresentação do cronograma ou do status de expansão da rede. Na última reunião, o pedido foi reforçado ao senhor Luiz Reis, que repassaria a demanda.

- **Item 6.3 do TAC: Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA**

Raphael Castro informa que o recurso foi efetivamente transferido ao Fundo da Amazônia Oriental (FAO), e relembra que na 41ª reunião foi apresentado um conjunto de propostas da

Sociedade Civil, direcionado ao FAO, para a implementação desse item. Entre as propostas, estava a realização de uma reunião extraordinária presencial com pauta única com representantes do FAO. **Raphael Castro** comunica que o IEB compartilhou as propostas discutidas pela Sociedade Civil e enviou o convite da reunião para o FAO, por meio do Funbio, para que fosse realizada na data provável de 13 de maio de 2025. O Funbio inicialmente confirmou presença na reunião e indicou representante; porém, em seguida comunicou que não seria viável a reunião na referida data, pois era necessária uma reunião prévia entre o Funbio e o Comitê Gestor do FAO para apresentar e discutir as propostas encaminhadas, com vistas a trazer respostas às possíveis dúvidas do Comitê de Acompanhamento. **Raphael Castro** informa que a Secretaria Executiva tentou agendar outras datas, inclusive a data da presente reunião, porém, não foi possível para o Funbio estar presente. Em 03 de junho de 2025, pela manhã, a Secretaria Executiva recebeu comunicado do Funbio de que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade agendou a reunião prévia com o Comitê Gestor do FAO para 30 de junho de 2025. **Raphael Castro** confirma que a data viabilizada pela Secretaria Executiva, em concordância com o Funbio, para a reunião extraordinária será 01 de julho de 2025.

Raphael Castro registra que a Secretaria Executiva compartilhou por e-mail três ofícios assinados por quatro membros do CA, representantes da Sociedade Civil, que solicitam: alteração na área de abrangência geográfica do TAC; inclusão de novos representantes; e habilitação de algumas organizações comunitárias a serem contempladas pelos recursos oriundos dessa cláusula do TAC. Registra que um ofício foi enviado pelas representações 1 e 5, da Sociedade Civil, em que propõem a concepção de uma linha específica direcionada a povos e comunidades tradicionais.

Raphael Castro informa que há propostas formuladas por um conjunto um pouco maior de representantes da Sociedade Civil sobre participação, capacitação etc. para a implementação desse item. Neste conjunto de propostas, a Secretaria Executiva compartilhou também uma solicitação dos representantes da sociedade civil que foi registrada durante a 41ª reunião do Comitê de Acompanhamento, na qual questionam às partes signatárias sobre a caracterização do que é chamado de “Área de influência socioeconômica da Alunorte” na redação do item 6.3 do TAC.

- **Outros encaminhamentos pendentes**

Raphael Castro informa que a Secretaria Executiva recebeu, da 2ª Representação da Sociedade Civil, uma série de questões e sugestões, direcionadas à Hydro e aos signatários, sobre a implementação do TAC e encaminhou aos demais membros do CA no dia 28 de março de 2025. O documento foi recuperado e apresentado na 41ª reunião para diálogo, quando os membros da Hydro e da Alunorte informaram que estão fazendo o levantamento de algumas informações em outros setores das empresas para trazer as devolutivas. **Raphael Castro** afirma que até o momento desta reunião, a Secretaria Executiva não recebeu formalmente a resposta para esse conjunto de solicitações. **Edson Maciel** informa que as respostas ainda estão sendo buscadas para dar um retorno ao CA.

Raphael Castro relembra que há um encaminhamento pendente desde a 38ª reunião do CA sobre uma reunião extraordinária com o Instituto Butantan, responsável pela consultoria para

selecionar a empresa auditora que realizará os estudos epidemiológicos (item 2.1.1.c). Informa que não há novidades sobre isso, pois a Secretaria Executiva ainda aguarda retorno sobre a agenda do Instituto Butantan.

2ª PARTE – ATUALIZAÇÕES DE ITENS DO TAC

2.1 ATUALIZAÇÃO DO ITEM 2.1.1 “B”, “D”, “E” E “F” (REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS) E DO ITEM 2.1.1C (REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS) DO TAC

Raphael Castro relata que a Secretaria Executiva fez o acompanhamento dos itens com as partes signatárias nas últimas semanas, e informa que não foi possível na presente reunião a participação da Walm, que é a empresa responsável pelos estudos ambientais. **Raphael Castro** relembra que na reunião anterior do CA foi informado que a etapa do estudo realizado pela Walm já foi concluído e está na fase de avaliação do resultado entregue.

Sobre o item 2.1.1C (estudos epidemiológicos), não há convidados externos na presente reunião e não há atualizações. **Raphael Castro** então propõe que se faça um bloco único sobre os estudos ambientais e dos estudos epidemiológicos, para que as partes signatárias possam falar sobre o andamento das avaliações dos peritos.

O Procurador da República Igor de Oliveira informa que não há matéria nova a ser tratada na presente reunião, pois o resultado apresentado pela Walm foi encaminhado para ser discutido pelos peritos do MPPA e sabe-se que tal tarefa foi finalizada; porém, o representante do MPPA, Márcio Maués, até o presente momento não pode se reunir com os representantes do MPF para discutir os resultados dos estudos ambientais. Com relação aos estudos epidemiológicos, **Igor de Oliveira** relata que não há atualizações. Assim, segue pendente a reunião entre os Ministérios Públicos para debater os resultados dos estudos ambientais.

Edson Maciel reforça o informe do dr. Igor de Oliveira, e rememora o fluxo do processo de participação das empresas auditoras nas reuniões do Comitê de Acompanhamento: apresentação da empresa contratada ao CA; atividades da empresa acompanhadas por membros do Comitê; e a apresentação do relatório conclusivo. Assim, **Edson Maciel** justifica a ausência de representantes da Walm na presente reunião, pois a apresentação do relatório conclusivo da empresa auditora acontecerá apenas após as análises técnicas das equipes dos Ministérios Públicos.

Raphael Castro então abre para manifestações dos membros do CA, e informa que os encaminhamentos serão enviados para as reuniões posteriores dos signatários; com isso, nas próximas reuniões do CA, os signatários trarão atualizações junto às respostas para essas manifestações.

Jackeline Sales relembra uma demanda da Sociedade Civil sobre transparência nas contratações das empresas auditoras, e pergunta se é possível apresentar ao CA informações sobre o processo de seleção da empresa auditora do estudo epidemiológico, precisamente quantas e quais empresas participaram da concorrência. Solicita que fique como um encaminhamento. **Jackeline Sales** também questiona por que ainda não iniciaram

os estudos epidemiológicos, e se começarão apenas após o relatório conclusivo dos estudos ambientais. Relata que tais questionamentos vêm das comunidades que fazem parte da 2ª Representação da Sociedade Civil.

Fabiano Azevedo solicita celeridade à Secretaria Executiva e às partes signatárias com relação à avaliação do estudo ambiental e início do epidemiológico, sobretudo devido ao quadro de saúde de muitas pessoas das comunidades afetadas em Barcarena. Relata que os representantes da Sociedade Civil não conseguem reunir com o Comitê Técnico para pedir esclarecimentos quanto às dificuldades de contratação da auditoria epidemiológica. **Fabiano Azevedo** também enfatiza a demora em agendar a reunião extraordinária com o Instituto Butantan, o que estaria causando insatisfação entre os habitantes das áreas abrangidas pelo TAC.

Elidiane Cardim demonstra descontentamento por não terem sido cumpridos os prazos anteriormente acordados para a conclusão dos estudos ambientais e início dos epidemiológicos, pois este é um questionamento constante da 6ª Representação da Sociedade Civil

Raphael Castro então resume os pedidos de encaminhamento e registra que a Secretaria Executiva permanecerá em diálogo com os Ministérios Públicos para adiantar as reuniões solicitadas e concluir as etapas mencionadas. Pontua que, em reuniões passadas, foi informado que não precisava concluir o estudo ambiental para poder iniciar o estudo epidemiológico; necessitava-se apenas que o ambiental fosse iniciado primeiro.

2.2) ATUALIZAÇÃO DO ITEM 2.1.4: INVESTIMENTO DE R\$ 8 MILHÕES DE REAIS NA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ALTERNATIVOS DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO COLETIVA DE ÁGUA POTÁVEL, OU OUTRA SOLUÇÃO TÉCNICA VIÁVEL

Raphael Castro relembra que este item seria implementado pela Prefeitura de Barcarena por meio da concessionária Águas de São Francisco, que houve uma série de reuniões virtuais e presenciais para viabilizar a alternativa. A Prefeitura de Barcarena, em dado momento, informou que não utilizaria mais esses recursos do TAC, pois viabilizaria a expansão da rede de abastecimento de água da área urbana por outros meios. Assim, o CA voltou a discutir nova alternativa para o investimento deste recurso.

Nesse sentido, **Raphael Castro** menciona que os representantes do Comitê de Acompanhamento e outros membros participaram de uma reunião técnica com especialistas que são com professores do Instituto Federal do Pará (IFPA) sobre água e saneamento básico na Amazônia. A reunião ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2025, e foram esclarecidas dúvidas e apresentadas uma série de informações técnicas sobre a viabilidade dos projetos de tecnologias sociais de acesso à água. Em seguida, na capacitação com a Secretaria Executiva, o item voltou a receber várias propostas dos representantes da Sociedade Civil, que chegou a alguns pontos de consenso. **Raphael Castro** informa o que foi registrado sobre o item: (i) esse recurso continua a ser destinado para uma solução de abastecimento de água; (ii) na aplicação do recurso, se privilegie o abastecimento das comunidades das ilhas de Barcarena de Abaetetuba que estão na área do TAC, bem como se beneficie outras comunidades que não sejam contempladas pelo serviço de abastecimento de água

municipal. Por esse motivo foi solicitado à Prefeitura de Barcarena a informação das áreas que não seriam contempladas, bem como o cronograma e o status da expansão.

Raphael Castro relembra a proposta de **Jackeline Sales**, feita em reuniões anteriores, de contratação de uma instituição para realizar um levantamento técnico de informações sobre as áreas elegíveis para receber o investimento, e gerir um edital de seleção de empresas/projetos que possam implementar uma solução técnica viável de abastecimento de água dentre aquelas que foram discutidas.

Raphael Castro relembra a solicitação dos membros do CA perguntando ao representante da Prefeitura de Barcarena, Luiz Reis, se há informações sobre o status e o cronograma de expansão da rede, e questiona as partes signatárias se há atualizações sobre o item. Antes de abrir para manifestações, **Raphael Castro** reforça que as propostas, opiniões e encaminhamentos manifestados serão levados às próximas reuniões dos signatários.

Luiz Reis informa que elaborou um relatório da reunião passada e o encaminhou ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Barcarena a época, Jacobson Estumano para que desse o devido encaminhamento. Entretanto, houve uma mudança no cargo e hoje há um novo secretário desconhecido por Luiz Reis, o qual foi comunicado sobre a reunião do CA e sobre a demanda que o comitê encaminhou à Prefeitura de Barcarena. Porém, **Luiz Reis** comunica que desconhece o encaminhamento dado pelo novo secretário a esta demanda. **Raphael Castro** abre para a manifestação dos signatários.

O Procurador da República Igor de Oliveira comenta que é necessária uma tomada de decisão por parte do Comitê de Acompanhamento, e argumenta que a maneira mais célere de implementar este item do TAC seria por meio de alguma parceria que envolva um edital para contratação de projetos. Relembra que todos os projetos já discutidos no âmbito do CA possuem a mesma dificuldade de escala, e que isto poderia ser resolvido por meio de contratações via edital, o qual fosse de responsabilidade de uma instituição interveniente, como foi proposto anteriormente. Para tal tomada definitiva de decisão, o Procurador da República **Igor de Oliveira** afirma ser necessário agendar um espaço deliberativo para, a partir dos consensos já firmados até o momento pela Sociedade Civil, discutir as alternativas possíveis de implementação do item. O Procurador da República argumenta que visualiza dois caminhos nessa questão: 1) sondar se o FAO assumiria esse item, caso fosse de interesse da Sociedade Civil, para gerir o recurso da mesma forma que irá gerir o recurso das multas ambientais; ou 2) abrir a proposta para outra instituição gerir os R\$ 8 milhões.

Jackeline Sales sugere que fosse feito o convite a outras instituições além do FAO, que possuem mais experiência com projetos na Amazônia – como o Fundo DEMA e o IEB –, e argumenta que a solução por meio de projetos pode funcionar nas regiões prioritárias. Questiona se a demanda de pesquisa sobre a qualidade da água das praias, igarapés e poços, bem como do monitoramento da qualidade do ar será apresentado pelos estudos da auditoria ambiental ou se há estudo anterior sobre esses pontos. Assim, **Jackeline Sales** afirma que é necessário entender qual a área em que a água é mais afetada, pois todos foram atingidos, mas de formas diferentes. Pergunta também dos equipamentos que seriam instalados para monitoramento da água e do ar (itens 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9). Concorda com **Igor de Oliveira** sobre agendar uma reunião exclusivamente para a deliberação sobre o item 2.1.4 do TAC.

Igor de Oliveira responde que os equipamentos de monitoramento foram fornecidos pela Hydro e já estão instalados.

Fabiano Azevedo sugere que o pedido do cronograma da expansão da rede seja encaminhado com urgência à Agência Reguladora de Serviços Públicos de Barcarena (ARSEP), inclusive via ofício do MPF, solicitando explicações. Reforça também a necessidade da reunião presencial – em Belém ou em Barcarena – para deliberação sobre o item em questão, na qual já se poderia convidar as instituições interessadas na gestão do recurso da água para se manifestarem; caso não seja possível, agendar uma segunda reunião com as instituições que estariam aptas a elaborar o edital e gerir o recurso. **Fabiano Azevedo** relembra sua sugestão de construção de miniestações de tratamento em lugares onde os estudos demonstrassem que há água potável.

O Procurador da República Igor de Oliveira comenta algumas limitações do TAC em responder a determinados problemas mais amplos – sobretudo ambientais – do município de Barcarena que não estão no escopo deste termo especificamente. Afirma que já havia um diálogo do MPF com a Secretaria Executiva de viabilizar um espaço para a reunião presencial em Barcarena com a presença dos Ministérios Públicos e a Sociedade Civil para pautar a tomada de decisão sobre o modelo de solução para a questão da água; e sugere pautar também a escolha de outra instituição que faça a gestão do item, para que não centralize várias demandas em uma instituição só a fim de dar celeridade e eficiência na execução do recurso. Assim, o Procurador da República **Igor de Oliveira** responde novamente à **Jackeline Sales** que a auditoria ambiental responderá especificamente se houve contaminação ambiental por conta dos eventos de 2019; e que os equipamentos de monitoramento ambiental (que fazem parte do TAC) já foram fornecidos ao Poder Público (sendo geridos pelo IFPA) e esta etapa já está concluída.

Igor de Oliveira argumenta que todas estas coisas estão correlacionadas porque no Distrito Industrial de Barcarena como todo há uma grande dificuldade de obter informação ambiental de qualidade e de confiança para a Sociedade Civil, pois não há uma estrutura de transparência e de rotina no fornecimento dessas informações quando dizem respeito ao Distrito Industrial de modo geral, uma vez que a contaminação provém de diversas empresas. Nesse sentido, o procurador reforça que é uma questão maior que o TAC da Hydro, mas que este teve avanços, como foi o próprio fornecimento dos equipamentos de monitoração ambiental. **Igor de Oliveira** relata que o MPPA instaurou um procedimento que tem por objeto a transparência na prestação de informação ambiental; foi requerido do Governo do Estado e da Prefeitura de Barcarena que seja estabelecida não só um método, mas também uma rotina de verificação e prestação de informação da qualidade do meio ambiente em Barcarena. Neste contexto, o procurador reforça que o MPF está no papel de fiscalizar, e espera que os equipamentos sejam utilizados no âmbito de uma política pública de monitoramento ambiental permanente – que cabe ao Poder Executivo realizar –, e que as informações obtidas sejam publicizadas para a população.

Igor de Oliveira sugere, então, a realização de uma reunião entre o Ministério Público e os representantes da sociedade civil no Comitê de Acompanhamento do TAC, a partir do dia 28 de julho, dependendo também da agenda do promotor Márcio Maués, do MPPA, cuja participação é imprescindível.

Vera Nascimento relembra que, em 2020, no cronograma aprovado à época para expansão da rede de abastecimento de água na comunidade quilombola Burajuba constava a previsão de realização dos serviços para 2025. Entretanto, no presente ano, as obras ainda não iniciaram. Solicitou relatório dos laudos técnicos, mas este não lhe foi fornecido pela concessionária Águas de São Francisco. Demonstra insatisfação com a previsão não cumprida.

Ainda no contexto da expansão da rede, **Amauri Figueiredo** informa que a obra já iniciou na Fazendinha (5ª Representação da Sociedade Civil). Porém, relata que o tempo decorrido desde o início do TAC gerou esquecimento e descrédito entre os comunitários sobre este processo. Relata que participou de uma reunião em que discutiu um trabalho de formação para as lideranças comunitárias terem acesso ao processo de emissão e regularização de CNPJ de suas associações, bem como de regularização das demais documentações pertinentes, para que possam concorrer aos editais de seleção de projetos que serão viabilizados no âmbito do TAC. Assim, **Amauri Figueiredo** sugere que se realizassem oficinas de capacitação com essas lideranças sobre esse assunto.

Raphael Castro responde que por se tratar de uma proposta dentro da cláusula 6.3 do TAC, a demanda foi encaminhada para ser executada pelo FAO, uma vez que não está contemplado no escopo da Secretaria Executiva.

Elidiane Cardim relembra que há muito tempo participou de uma atividade com a SEMAS e o IFPA em que foi explicado como se daria o funcionamento dos equipamentos de monitoramento. Sugere que a Secretaria Executiva alinhasse uma reunião com estas instituições para explicar como está o andamento do monitoramento e os resultados. Quanto às duas alternativas apresentadas por Igor de Oliveira, **Elidiane Cardim** opina que não seja vantajoso que o FAO faça a gestão dos R\$ 8 milhões devido a pendências atuais, como a não apresentação do Plano de Aplicação dos valores das multas ambientais e do insucesso em agendar reuniões do CA com os gestores do Fundo; e reforça que a questão do abastecimento de água é uma urgência para as comunidades, e por esse motivo é interessante a contratação de outra instituição com experiência na região amazônica via edital.

Maria das Graças Pereira reafirma que seja dada celeridade no fornecimento das informações solicitadas até o momento para que se retorne com resposta às comunidades afetadas; e reforça a necessidade da reunião presencial para tratar deste item.

Vagner Carvalho Ferreira faz sua crítica com relação à atuação da Prefeitura de Barcarena e do Governo do Estado com relação às atribuições destes para com a população. Relata que procurou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barcarena com relação à problemáticas de lixo despejado nos rios das comunidades, mas não foi atendido. Também pede celeridade nas ações das autoridades responsáveis e signatários sobre a questão da água.

Jackeline Sales pergunta se o recurso de R\$ 8 milhões está rendendo atualmente. Solicita que seja rememorado se houve alguma discussão com relação à instalação dos aparelhos de monitoramento ambiental. Nesse sentido, faz duas propostas: 1) que todos os avanços dos itens e seus status até o presente momento sejam divulgados no site do TAC; 2) que seja marcada uma reunião do CA com a equipe do IFPA, que está gerenciando os aparelhos de monitoramento ambiental, e com o promotor Márcio Maués (MPPA). **Jackeline Sales**

questiona também se é possível fazer o monitoramento da água com os equipamentos do TAC nas ilhas que compõem a 10ª representação da Sociedade Civil, pois é de extrema necessidade. Além disso, sugere que ao invés de edital, sejam emitidas cartas-convite às instituições que estejam aptas a gerir um edital que selecionará projetos para implementar este item do TAC com mais celeridade.

Fabiano Azevedo também sugere a apresentação destes equipamentos de monitoramento fornecidos pela Hydro e dos laudos técnicos produzidos por eles, questionando se o Governo do Estado está analisando esta documentação. Argumenta que a emissão dos dados produzidos por esses equipamentos, sob tutela do Governo do Estado do Pará, tinha periodicidade mensal, depois bimestral e atualmente passou a emitir resultados semestrais.

Jackeline Sales reforça as solicitações feitas por **Fabiano Azevedo** de apresentação dos resultados da utilização dos equipamentos. Relembra que já existem monitoramentos ambientais realizados por equipamentos das empresas instaladas em Barcarena, mas que atualmente, pelo fato de existirem equipamentos que foram entregues ao Poder Público – e, portanto, se tornaram equipamentos públicos –, que se faça análises técnicas independentes dos laudos emitidos por esses equipamentos. **Jackeline Sales** pergunta aos signatários se em algum momento lhes foi apresentado algum resultado desse monitoramento com os equipamentos do TAC.

Raphael Castro sistematiza as propostas/questões levantadas neste tópico: 1) a proposta de enviar carta-convite a organizações que tenham experiência e trabalhos com o acesso a água na Amazônia para, entre elas, selecionar uma entidade gestora de um edital para projetos relacionados a água; 2) a proposta de enviar um ofício à ARSEP solicitando o cronograma de expansão da rede de água da concessionária Águas de São Francisco –

Raphael Castro relembra que a Secretaria Executiva encaminhou esse documento para a Prefeitura de Barcarena por meio dos membros do CA; 3) a proposta de pautar o encaminhamento sobre o item 2.1.4 em uma reunião presencial entre a Sociedade Civil e os Ministérios Públicos com indicativo de data a partir do dia 28 de julho de 2025 – informa que o IEB já está dialogando com o MPF na construção de uma metodologia para esse evento; 4) as solicitações em relação aos equipamentos de monitoramento público que foram cedidos para as instituições mencionadas. **Raphael Castro** abre para as respostas e esclarecimentos dos signatários.

Edson Maciel informa que os R\$ 8 milhões não estão depositados em uma conta, mas sim disponibilizados; e o valor passou de R\$ 5 para 8 milhões em função dos reajustes que os materiais previstos no projeto de expansão sofreram à época; não se tratou de uma correção monetária (rendimento), mas sim de um reajuste reconhecido pela Hydro e que foi pautado no Comitê de Acompanhamento.

Igor de Oliveira informa que os equipamentos de monitoramento foram entregues há alguns meses e reconhece que os signatários apenas pontuaram em reuniões passadas, mas que não foi dado o devido espaço à divulgação deste item. Esclarece que os equipamentos não forem adquiridos com os recursos do TAC, pois foi uma obrigação imposta à empresa desde o início do termo – que são obrigações de dar ou de fazer (como as auditorias e a entrega de equipamentos), diferente das obrigações financeiras (multas). **Igor de Oliveira** reforça que esse é um limite do TAC – a empresa apenas fornecer os equipamentos – e que, após

a doação, cabe ao Poder Público a sua utilização, gerenciamento e a rotina de fornecimento de informações do monitoramento à população, coisas que estão fora do âmbito do TAC.

Fabiano Azevedo pergunta se é possível que a reunião presencial aconteça antes das férias do procurador Igor de Oliveira; e sugere aos outros representantes da Sociedade Civil que se reúnam estritamente para um alinhamento sobre essa questão da água, com mediação da Secretaria Executiva, preferencialmente antes da reunião com os Ministérios Públicos para que seja repassado aos seus representantes as sugestões consensuais da Sociedade Civil.

Raphael Castro informa que a Secretaria Executiva irá organizar esse momento de capacitação e verificar a agenda do promotor Márcio Maués.

Igor de Oliveira afirma que não poderia reunir antes de suas férias, mas reforça que a reunião das representações da Sociedade Civil pode ser imediatamente encaminhada para que se chegue na reunião com os Ministérios Públicos apresentando os consensos firmados ou outro método de tomada de decisão se não houver consenso.

3ª PARTE – O QUE OCORRER E PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (05/08/2025)

Raphael Castro abre a pauta para as manifestações dos membros do CA.

Jackeline Sales questiona sobre a agenda do Instituto Butantan e do Funbio. **Raphael Castro** responde que, com relação ao Funbio, foi indicada a data de 1º de julho de 2025 para uma reunião extraordinária, data logo após a reunião do Comitê Gestor do FAO. Informa que não há atualizações sobre a agenda do Instituto Butantan para participar de uma reunião do CA, sobretudo porque quem faz a mediação com a instituição é a própria Hydro diretamente. Portanto, **Jackeline Sales** e **Raphael Castro** questionam **Edson Maciel** sobre essa agenda; este informa que estão buscando uma data com o Instituto Butantan.

Jackeline Sales sugere que sejam escolhidas as pautas da próxima reunião ordinária ao final do encontro da Sociedade Civil com o FAO no dia 1º de julho de 2025.

Fabiano Azevedo concorda com **Jackeline Sales** com relação a se decidir as pautas da próxima reunião ordinária em um encontro extraordinário da Sociedade Civil. Solicita que a Secretaria Executiva reenviasse os registros das atas com o Secretário de Meio Ambiente e com o Funbio.

Elidiane Cardim sugere que a pauta da próxima reunião seja o estudo socioeconômico e etnográfico.

Jackeline Sales reforça que gostaria que o procurador **Igor de Oliveira** e o promotor **Márcio Maués** estivessem presencialmente na reunião extraordinária entre Sociedade Civil e Ministérios Públicos; o procurador concorda.

Após as manifestações dos presentes, a reunião foi encerrada, às 17h18. A Secretaria Executiva lavrou a presente ata.